

ATA N.º 3/2023
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No vigésimo nono dia do mês de março de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e trinta e sete minutos, reuniu ordinariamente, presencialmente e por videoconferência, o Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes: Professor Doutor Pedro Romano Martinez (Presidente do Órgão), Professora Doutora Paula Costa e Silva, Professora Doutora Sandra Lopes Luís, Dr. Sérgio Conceição, Professor Doutor Miguel Ferro e Professor Doutor João Espírito Santo; enquanto membros discentes: os estudantes André Brito, Catarina Vieira (que secretariou), João Barreiro, Patrícia Almeida e Vítor Andrade André; e enquanto membro não docente, a Dra. Nádia Lomar.

Estiveram ainda presentes, sem direito de voto, a Senhora Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire, a Senhora Diretora Executiva, Dra. Cândida Eunice Machado, a Coordenadora da Área Financeira, Dra. Ana Ramos, e, em substituição do Presidente da AAFDL, o Pedro Cecília.

Esteve também presente o Dr. Nuno Salpico, convidado a participar na reunião no que se refere ao ponto 4 da Ordem de Trabalhos.

O Professor Doutor Paulo Alves Pardal, a Professora Doutora Ana Fouto e o Dr. Afonso Brás justificaram a sua ausência.

A ordem de trabalhos consistiu nos seguintes pontos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Relatório de atividades e contas de 2022;
3. Projeto de Regulamento da Comissão para a Igualdade de Género, Inclusão e não Discriminação;
4. Relatório do Provedor do Estudante;
5. Outros Assuntos.

1. Aprovação da Ata da reunião anterior

O Presidente cumprimentou todos os presentes. Relativamente a ata da reunião anterior questionou se havia alguma sugestão a fazer.

O aluno João Barreiro questionou se as declarações de voto apresentadas na reunião de 11 de janeiro poderiam ser votadas juntamente com esta ata ou se poderiam ser anexadas automaticamente à Ata nº 1/2023.

O Presidente questionou se havia objeção ao facto de se incluir as declarações de voto, entregues na última reunião, mas referentes a primeira reunião de 2023.

O aluno André Brito cumprimentou todos os presentes e questionou se a Ata nº 1/2023 seria novamente aprovada.

O Presidente esclareceu que se trata apenas de incluir as declarações de voto que foram entregues na reunião de 1 de março de 2023 e que respeitavam à reunião de 11 de janeiro de 2023 (ata nº 1/2023).

O aluno André Brito questionou se as declarações de voto apresentadas respeitaram o prazo, uma vez que as mesmas apenas foram disponibilizadas após a reunião do dia 1 de março, indagou se existe uma regra no Regimento do Conselho de Escola ou se se aplicaria supletivamente o regimento da Assembleia da República.

O aluno Vítor Andrade André interveio no sentido de expressar que as declarações de voto, tendo em conta a sua natureza, não são alvo de votação, correspondendo apenas à manifestação individual de um representante sobre um tema. Esclareceu, que na própria reunião foi manifestado o interesse de ambos os conselheiros de realizarem uma declaração de voto, que foram, por sua vez transmitidas, e enviadas posteriormente a todos os conselheiros.

O Presidente informou que a questão, levantada neste âmbito, é meramente formal.

O aluno André Brito informou que a intenção não é votar as declarações de voto, mas questionar se estas foram efetivamente enviadas dentro do prazo devido. Esclarecendo que, no seu ponto de vista, não faz sentido anexar as declarações de voto se as mesmas não foram apresentadas dentro do prazo.

O aluno João Barreiro informou que o Regimento do Conselho de Escola não prevê prazo, mas sugeriu que se vote novamente à ata nº 1/2023 na globalidade, porque considera que é proveitoso o anexo dessas declarações de voto que ficaram inclusive mencionadas na primeira ata.

O Presidente questionou se apesar de haver este problema formal, há efetivamente um problema, visto que esta publicação poderia ser realizada por um meio alternativo. Esclareceu que o intuito é apenas discutir se as declarações serão anexadas às atas apesar de serem distribuídas tardiamente. O Presidente decidiu que não há razão para se levantar esta questão.

O aluno Vítor Andrade André esclareceu que na sua interpretação não há qualquer problema formal quanto ao prazo para a entrega das declarações de voto. Enfatizou que o regimento do Conselho de Escola não tem qualquer norma sobre o tema e que o artigo 8º é que efetivamente vincula os conselheiros e dispõe "*Exercer o direito de voto, apresentar pedidos de esclarecimento, propostas e declarações de voto*". Informou que, na sua opinião, não há motivo para se levantar uma questão substancial ou formal, pelo que as declarações devem ser anexadas na Ata da primeira reunião de 2023, devendo ser publicitadas através deste meio.

A Professora Doutora Paula Costa e Silva solicitou que a questão seja submetida a votação com o intuito de evitar a protelação de maior tempo útil de reunião.

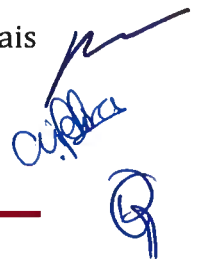
Submetida a votação, a junção das declarações de voto à Ata n.º /2023, foi aprovada com 1 voto contra e 2 abstenções.

O aluno André Brito informou que, tendo em consideração o resultado desta votação, irá submeter uma declaração de voto (anexo I).

O Presidente questionou se existe alguma sugestão quanto à Ata nº 2/2023. Na ausência de sugestões, foi a mesma aprovada por unanimidade.

2. Relatório de atividades e contas de 2022;

O Presidente solicitou a Senhora Diretora um esclarecimento e indicações iniciais quanto a este tema.



A Senhora Diretora cumprimentou todos os presentes e informou que este relatório de gestão descreve a situações financeira e patrimonial da Faculdade durante o ano de 2022 e o relatório de atividade sumariza as atividades desenvolvidas durante o ano em questão.

No que respeita ao relatório de gestão, em termos orçamentais, destacou a Senhora Diretora, que se verificou um resultado de exercício negativo de cerca de 367 mil euros. Informou que, em termos contabilísticos, a transferência do POSEUR se encontra destacada, mas corresponde a um recebimento a favor da Faculdade pelo que, com esta correção, o saldo orçamental global, ou seja, a efetiva diferença entre recebimentos e despesa é negativo em apenas cerca de 55 mil euros (pág. 20).

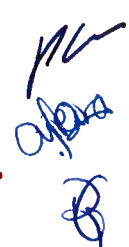
A receita total cobrada foi de cerca de 13 milhões e 500 mil euros, sendo de evidenciar uma importante recuperação nas receitas provenientes de propinas e também um aumento da transferência do Orçamento de Estado (págs. 5 a 8). Constata-se que as receitas advindas do Orçamento de Estado financiaram cerca de 56% das atividades da Faculdade.

No que respeita à despesa, a maioria corresponde à despesa com pessoal, que tem vindo a aumentar, na margem autorizada pelo Orçamento de Estado, e que se salda em 9 milhões e 450 mil euros, o que corresponde a uma variação muito significativa de cerca de 400 mil euros (Pág. 9).

A despesa de capital foi elevada, correspondendo a 1 milhão e 800 mil euros. Nesta rubrica é de destacar a conclusão do edifício novo da biblioteca.

No que respeita às despesas de funcionamento (aquisição de bens e serviços, etc.), estas tiveram um aumento, sendo esta rubrica de um 1 milhão e 900 mil euros, registando um acréscimo de cerca de 300 mil euros. Nas páginas 11 a 16 encontram-se especificadas e em particular nas páginas 13 a 16 explicam-se as rubricas que sofreram uma maior variação positiva.

Uma nota para os resultados certificados do investimento em eficiência energética que, para além da redução de 1/3 dos gastos de energia, foi alcançada uma redução de cerca de 76% da emissão de gases de efeito estufa e garantida a produção de 58% da energia por fontes renováveis.



Contabilisticamente os resultados continuam a ser positivos, verificando-se um acréscimo dos acréscimos dos ativos fixos (pág. 22), em virtude dos investimentos efetuados.

A Senhora Diretora agradeceu à Dra. Ana Ramos, responsável pelas contas da Faculdade e pela elaboração deste relatório de gestão.

Destacou que a despesa se consubstancia nas atividades descritas no relatório de atividades. Trata-se de um documento extenso, que procura evidenciar as atuações da Faculdade de Direito ao longo do ano. Destacou, como mais significativos, a conclusão da ampliação do novo edifício da Biblioteca e a sua entrada em funcionamento, a reformulação do auditório, a aquisição de equipamento audiovisual para os anfiteatros e salas e a valorização dos recursos humanos através de concursos para contratação de pessoal docente e não docente.

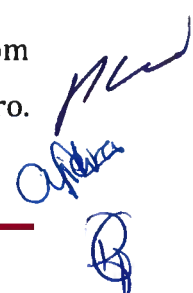
A Senhora Diretora deixou uma palavra de agradecimento para a Dra. Cândida Machado e a Dra. Ana Ramos, responsáveis pela elaboração destes documentos. Realizou um agradecimento na pessoa da Dra. Cândida Machado a todos aqueles que integram os serviços da Faculdade e que são responsáveis pela atividade diária.

O Professor Doutor João Espírito Santo solicitou um esclarecimento relativamente aos quadros da pág. 5, quanto aos 24 mil euros a título de reposição/indenização, questionando se é possível desagregar o montante relativo às indemnizações e o montante relativo às reposições. Questionou também qual a razão das indemnizações.

A Dra. Ana Ramos informou que o termo indemnizações está presente, apesar de ser um valor residual. Acrescentou que irá apurar qual o valor exato o mais rápido possível.

O Professor Doutor João Espírito Santo questionou o que é que está aqui em causa, ou seja, quais as razões destas indemnizações, se são indemnizações em termos de responsabilidades civil.

A Senhora Diretora esclareceu que poderão estar em causa relações contratuais com fornecedores, mas informou que irá obter as informações e informar o Conselheiro.



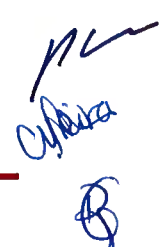
O Professor Doutor João Espírito Santo informou que na mesma página, no 3º parágrafo, se encontra uma gralha: onde se lê “sobre” deveria ler-se “sob”.

A Senhora Diretora informou que na página 53 do relatório de atividades quanto ao pessoal não docente, se encontra um lapso num gráfico que será igualmente corrigido.

O aluno André Brito parabenizou a Senhora Diretora e toda a Direção, e referiu que a sua questão se prende com as informações disponíveis na tabela 7 da página 13, onde se verificam várias repetições quanto a nomenclaturas, como por exemplo “limpeza e higiene”, “software informático”, “publicações da entidade” e, portanto, solicitou um esclarecimento quanto às suas diferenças. Questionou o que se entende por “outros serviços”, solicitando apenas alguma exemplificação e não uma enumeração exaustiva.

O aluno Vítor Andrade André, em relação ao relatório de gestão, nomeadamente a tabela 7, questionou do que se trata efetivamente a rubrica de “material de educação, cultura e recreio”, no valor de cerca de 205 mil euros. Questionou também em relação à tabela da pág. 12 o motivo que levou à utilização constante da modalidade do ajuste direito, tendo em conta que este é um regime de exceção e não a regra.

Quanto ao relatório de atividades, tendo em conta que este ano estão previstos ainda para publicar 7 livros da imprensa FDUL, questionou se é possível saber quais são estas obras e se é possível saber quais são os próximos passos para a imprensa FDUL. Quando à formação profissional dos funcionários, questionou se esta formação também incluiu a formação dos docentes, esclarecendo que esta é uma preocupação dos discentes. Por último solicitou o esclarecimento quanto ao desenvolvimento da oferta letiva, louvando o surgimento de duas pós-graduações, mas solicitou informações quanto a possibilidade de desenvolvimento de novas disciplinas optativas, de novas pós-graduações e até mesmo novas especializações do Mestrado.



O aluno André Brito questionou, em relação à rubrica de papel, se este já é papel reutilizado tendo em conta que no último relatório de atividades havia uma intenção de fazer uso do papel reciclado, pelo menos a nível interno.

O aluno João Barreiro questionou quais os custos efetivos da rubrica “custos com serviços de saúde” presentes na página 13 do relatório de gestão.

A aluna Patrícia Almeida, retornando ao ponto anterior, em relação as declarações de voto, solicitou que a sua justificação de ausência e de voto, apresentada via email ao Presidente, fosse anexada à Ata.

Em relação ao relatório de gestão, parabenizou a Direção pela elaboração de um documento completo e consistente, solicitando que na tabela 4 da página 8, constasse também o peso relativo e a variação, pois considera que seriam dados relevantes para a interpretação da referida tabela.

Quanto ao relatório de atividades, solicitou a correção da sigla NELB e o respetivo nome do núcleo nas páginas 3 e 88, respetivamente. Solicitou que constasse uma menção positiva ao Conselho Científico quanto à realização dos júris dos doutoramentos, demonstrado através de um aumento significativo em relação aos anos anteriores. Questionou a possibilidade de se realizar um estudo quanto ao número de evasão escolar nos respetivos ciclos, argumentado que estes dados permitem uma análise dos principais motivos, que por sua vez, possibilitam a realização de um trabalho com base nestas informações.

A Senhora Diretora informou que relativamente ao pedido de acrescentar mais informação pode ser levado em conta, mas destacou que pode resultar num relatório demasiado exaustivo, destacando que muita informação específica pode ser encontrada nos relatórios de atividades das respetivas unidades administrativas e técnico-científicas da Faculdade. Quando à atividade do Conselho Científico, destacou que esta foi, sem dúvida, muito relevante na recuperação de todo o peso das discussões de Mestrado e Doutoramento. Informou que a designação do NELB será corrigida. Em relação aos elementos da tabela 4, informou que com a informação presente é possível aferir, tendo em conta os dados presentes nas páginas seguintes.

Handwritten signature in blue ink.

Relativamente aos gastos previstos na tabela 7 da página 13, informou que em relação aos “gastos com serviços de saúde” estes valores se referem a transferências feitas para a ULisboa relativos à testagem Covid-19. Informou que em relação ao papel reciclado, alguns documentos, nomeadamente, os oficiais, não podem ser produzidos em papel reciclado, no entanto, informou que os restantes documentos já são todos produzidos em papel reciclado.

Em relação às despesas de “material de educação, cultura e recreio”, informou que estas são um investimento, muito significativo, que tem em conta toda a aquisição de livros e bases de dados para a Biblioteca.

Quanto à utilização da modalidade de ajustes diretos, informou a Senhora Diretora que a Faculdade conta com muitos contratos plurianuais, que resultam do concurso público, sob a forma de contratos, que não estão aqui mencionados, porque podem não ter sido celebrados no ano efetivo em questão. Destacou, como exemplo, os serviços de segurança que foram contratualizados em 2021, mediante um concurso público, mas por serem um contrato plurianual não aparecem no relatório de gestão de 2022. Em relação ao ajuste direto, esclareceu, que é um instrumento essencial para o funcionamento da Escola, informando que na ausência deste mecanismo seria impraticável gerir uma Faculdade se não se recorresse a esta modalidade de contratação pública. Destacou que os contratos públicos representaram, em valor, 1 milhão e 200 mil de euros e que os ajustes diretos corresponderam a uma despesa de 261 mil euros.

Quanto à rubrica “outros serviços”, esclareceu a Senhora Diretora, que nesta linha da tabela estão incluídos a remuneração dos professores para os cursos intensivo e outros encargos que tenham a ver também com estes cursos intensivos, na sua maioria.

A Dra. Ana Ramos esclareceu que quanto às rubricas repetidas, a primeira se refere a compra de bens de limpeza e higiene e a segunda aos serviços de limpeza e higiene. Em relação ao “software informático”, o primeiro trata-se da assistência técnica necessária ao longo do ano, e em relação a segunda menção esta faz referência a aquisição de um software que foi necessário para satisfazer algumas necessidades




pontuais durante o ano. Quanto à contratualização informou que estes mapas foram introduzidos pela primeira vez e que o intuito foi apenas transmitir o número de procedimentos e que o valor dos ajustes diretos é evidentemente inferior, nomeadamente de 261 mil euros.

A Senhora Diretora informou que, em relação à ponderação da oferta letiva, esta decisão está além do poder da Direção e que para haver uma modificação é necessário ocorrer uma decisão prévia do órgão competente que é o Conselho Científico. Em relação às formações, ocorreram para o pessoal não docente, mas esclareceu que em 2022, pela primeira vez, foram realizadas ações de formação para o novo pessoal docente da Faculdade.

No que respeita à Imprensa FDUL, informou que o conselho editorial irá reunir brevemente, mas que de momento não consegue fornecer a lista de títulos prevista. A Dra. Ana Ramos informou, relativamente às reposições e indemnizações, que no ano 2022, o valor apresentado refere-se apenas a reposições de vencimento e de valor residual a fornecedores. Informou ainda que o nome utilizado para este valor é apenas uma designação global.

A aluna Catarina Vieira questionou os valores presentes no gráfico e tabela das páginas 50 e 51 do relatório de atividades referentes à contabilização do pessoal docente, destacando que a informação gráfica não tem correspondência com a informação disponibilizada no corpo do texto.

O aluno Vítor Andrade André agradeceu as informações prestadas pela Senhora Diretora, mas gostaria de deixar uma consideração final destacando que perante o rácio do relatório de contas é possível aferir que a Faculdade conta com capitais próprios para pagar 6 vezes as suas despesas, evidenciando o saldo positivo de 8 milhões de euros. Informou que estes dados deixam um desafio de investimento, como por exemplo através da revitalização do jardim interior, questionando o estado em que se encontra o seu projeto.



O aluno João Barreiro parabenizou a Senhora Diretora pela apresentação dos relatórios, destacando o saldo acumulado de 8 milhões, o que permite uma situação financeira estável, realçando que esta estabilidade permite a reparação de eventuais falhas assim como um maior investimento, como por exemplo a elaboração do projeto para o edifício 4.

O aluno André Brito apresentou uma questão da aluna Patrícia Almeida, que por motivos informáticos deixou de poder participar, acompanhando a Conselheira no sentido de louvar o trabalho apresentado pelo Professor Doutor António Barbas Homem e questionou os dados referentes aos alunos que atualmente se encontram à espera para apresentar a tese de Mestrado. Por último parabenizou a Direção pela apresentação dos relatórios e por todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2022.

A Senhora Diretora Executiva esclareceu que no mapa das páginas 50 e 51 do relatório de atividades, apenas não se encontram os docentes convidados, pelo que a diferença é efetivamente dos 5 professores convidados.

A Senhora Diretora acrescentou que há muitos limites para que os montantes sejam despendidos, nomeadamente quanto a tutela de autorização de investimentos, uma vez que o Senhor Reitor apenas tem disponibilidade para autorizar uma despesa até 4 milhões de euros. Acrescentou que todos estes projetos levam o seu devido tempo, pelo que é fundamental a cooperação entre os diversos mandatos.

Quanto ao jardim interior informou que se estão a realizar os concursos públicos e já estão a decorrer diversas reuniões com o arquiteto. Acrescentou que já foi aprovado, em sede de Conselho de Escola e do Conselho Académico, a modificação da tesouraria para um novo espaço com o intuito de disponibilizar o seu espaço atual como uma nova sala de aula.

O Presidente agradeceu as intervenções de todos e os diversos esclarecimentos da Senhora Diretora e da Direção e de seguida submeteu os relatórios a votação:

Ambos os documentos foram aprovados por unanimidade.



O Presidente felicitou a Senhora Diretora e toda a Direção pela elaboração destes documentos e por todo o trabalho subjacente, evidenciando o dia a dia da Faculdade.

3. Projeto de Regulamento da Comissão para a Igualdade de Género, Inclusão e não Discriminação

O Presidente informou que este projeto já esteve em discussão em reuniões passadas. Informou que recebeu uma sugestão do aluno Vítor Andrade André e questionou se este contributo foi disponibilizado para todos os conselheiros. Esclareceu que este regulamento não contém nenhuma alteração, uma vez que não foi apresentada nenhuma proposta à coordenadora ou ao secretariado.

O aluno Vítor Andrade André informou que a sua proposta não foi disponibilizada para todos os conselheiros e, portanto, sugeriu o adiamento deste ponto para uma discussão posterior.

O Presidente informou que uma vez que as propostas de alterações do regulamento não foram divulgadas e, consequentemente não puderam ser analisadas, acrescentou que este ponto será discutido na próxima reunião de abril.

4. Relatório do Provedor do Estudante

O Presidente congratulou o Provedor do Estudante, Dr. Nuno Salpico, pelo mandato anterior e pela sua nova indicação como Provedor do Estudante, para um segundo mandato. Solicitou ao Provedor do Estudante uma pequena apresentação do relatório do último mandato.

O Provedor do Estudante cumprimentou todos os presentes. Agradeceu a confiança e informou que a relação de cooperação entre o Provedor do Estudante e a Direção foi fundamental para a resolução das questões colocadas pelos alunos.

De seguida fez uma breve apresentação do relatório de atividades do mandato anterior destacando algumas situações.

Informou também que esteve presente nalgumas reuniões do Conselho Pedagógico, participando quando necessário.



Destacou que este órgão é utilizado por vários alunos e que algumas situações não estão no relatório por conta das instabilidades dos emails durante o período julho de 2021 e novembro de 2021 e outras não estão contempladas no relatório por terem sido resolvidas antes de qualquer intervenção do Provedor do Estudante.

Como nota final, agradeceu a cooperação decisiva com a Senhora Diretora e enfatizou que este órgão além de importante para a análise das situações é fundamental para a análise da realidade prática e a posterior implementação de novas regras, tendo em conta a realidade dos alunos.

O Presidente agradeceu a apresentação do Provedor do Estudante e solicitou ao Provedor do Estudante o esclarecimento de algumas questões.

A aluna Catarina Vieira questionou o ponto de situação da proposta apresentada pelo Provedor do Estudante na reunião do Conselho Académico de 8 de junho de 2022, onde ficou determinado que a partir do próximo ano letivo esta norma já estaria em vigor, questionou então se esta norma já se encontra em vigor, uma vez que os alunos não foram notificados da sua entrada em vigor, nomeadamente através de email ou publicação no site.

A Senhora Diretora informou que a regra já se encontra em vigor.

O aluno André Brito cumprimentou o Provedor do Estudante pelo mandato anterior e parabenizou pelo novo mandato. Solicitou um esclarecimento sobre como tem ocorrido o procedimento para a desistência de pedido de revisão de nota, uma vez que este já se encontra em vigor. Questionou qual o procedimento que se tem adotado no caso dos alunos que têm uma queixa pedagógica contra um docente e são colocados na subturma desse Professor, nomeadamente se é o próprio aluno que tem de proceder ao pedido de alteração de subturma ou se trata de um processo automático por parte dos Serviços Académicos.

O aluno Pedro Cecília cumprimentou todos os presentes e esclareceu que quanto aos pedidos de mudança de subturma, com fundamento em queixa pedagógica, este tema está a ser discutido em sede de Conselho Pedagógico e será aprofundado em sede de comissão própria. Destacou que nesta situação específica, a medida encontrada foi ad hoc e que para efeitos futuros não tem qualquer expressão em

documento e que só terá expressão no futuro, nomeadamente no Regulamento de Avaliação ou num Regulamento autónomo de Denúncia.

O aluno João Barreiro informou que no próprio relatório de atividades do Provedor do Estudante é possível verificar a existência da questão do regulamento eleitoral, também alvo de discussão em reunião do Conselho de Escola, informando que se for a intenção dos estudantes existe abertura por parte dos conselheiros discentes para retomar esta discussão.

O aluno Vítor Andrade André parabenizou o Provedor do Estudante pela reeleição. Colocou algumas questões, nomeadamente se o Provedor do Estudante consegue identificar quais os problemas atuais mais relevantes na Faculdade. Questionou sobre a visibilidade do órgão do Provedor do Estudante no âmbito da Faculdade. Questionou se, na opinião do Provedor do Estudante, não seria benéfico o desenvolvimento de um manual de procedimentos académicos.

Solicitou um esclarecimento quanto a uma situação descrita no relatório de atividades, nomeadamente, se ainda ocorre o impedimento de inscrição tendo propinas em atraso.

Pediu esclarecimento quanto à situação de 5 de abril a 5 e maio de 2022 quando a criação uma norma, questionando se não seria positivo o alargamento desta norma a todos aos atos fora do prazo imputados à Faculdade de Direito, assim como as situações em que os atos se tenham tornado inúteis para os alunos.

A Senhora Diretora cumprimentou e parabenizou o Provedor do Estudante pelo mandato e pelos bons resultados. Propôs que na próxima reunião do Conselho de Escola estivesse presente o Dr. Bertolino Campaniço para que algumas questões de índole mais procedimental dos Serviços Académicos pudessem ser esclarecidas.

Em relação à questão da sugestão do manual de procedimentos, informou que já existem vários manuais disponibilizados por parte dos Serviços da Faculdade, e acrescentou que aumentar os manuais de procedimento poderia não ser proveitoso para a comunidade discente.



O Provedor do Estudante informou que, em relação aos problemas há algumas situações pontuais, como atraso de notas, algumas questões técnicas. Em relação a questões heterógenas, apesar de serem fora do comum, não levantam muitos problemas. Em relação à notoriedade do Provedor do Estudante destacou que apesar de este órgão poder não ser conhecido por todos os alunos, não é possível aferir a quantidade de comunicações que receberia se todos os alunos tivessem o conhecimento. Não obstante referiu que há sempre oportunidades de melhoria.

Quanto ao manual de procedimentos académicos destacou que todas as iniciativas que contribuam para uma maior informação dos estudantes são, naturalmente, bem-vindas.

Em relação à situação referida das taxas de inscrição, o Provedor do Estudante esclareceu que esta situação se remetia para a ausência de pagamento da taxa de inscrição e não de propinas em atraso. Por último referiu que quanto ao alargamento da norma, não cabe exclusivamente à opinião do Provedor, mas defendeu que esta norma não deveria ser aplicada de forma uniforme, pelo que a sua aplicação tem sido feita de forma casuística.

O aluno Vítor Andrade André informou que quanto ao manual de procedimentos académicos estes seriam fundamentais visto que muitas vezes é evidente que alguns pedidos seriam claramente indeferidos. Acrescentou que a Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa tem tido um papel fundamental nestas situações, esclarecendo alguns procedimentos. Solicitou que os manuais dos Serviços Académicos sejam publicitados, nomeadamente quanto aos pedidos de desistência dos pedidos de revisão de nota.

5. Outros Assuntos

O Presidente questionou se há questões neste ponto.

O aluno João Barreiro solicitou um esclarecimento quanto ao teor da declaração apresentada pela aluna Patrícia Almeida. Questionou também se, ao nível do claustro interior, já foram instaladas janelas duplas. Solicitou informações sobre a

criação da equipa de proteção de privacidade, visto que esta apresenta uma ausência de um encarregado de proteção de dados.

O Presidente informou que a declaração da aluna Patrícia Almeida se tratou de uma justificação de ausência na reunião de 11 de janeiro de 2023.

O aluno André Brito questionou, novamente, a informação quanto às datas para a disponibilização dos resultados das candidaturas aos Mestrados, que estão omissas no Despacho. Em relação ao novo site, parabenizou a Diretora, mas questionou a ausência das grelhas de correção dos anos anteriores ao ano letivo de 2021/2022 e as informações dos cursos intensivos do ano 2022/2023, uma vez que só estão publicadas as informações dos cursos intensivos de 2021/2022.

O aluno Vítor Andrade André questionou a ausência da designação de um espaço de estudo alternativo no momento de encerramento da Sala de Estudo, quanto esta encerrou para a Feira de Estágios. Questionou se já há previsão para a divulgação dos resultados das tutorias. Questionou ainda se já estão a ser preparadas as comemorações para os 110 anos da Faculdade de Direito. E questionou se este ano a Faculdade se irá vincular às comemorações dos 50 anos do 25 de abril.

O Professor Doutor João Espírito Santos questionou o que tem sido feito até ao momento relativamente ao retrato do Professor Afonso Costa, uma vez que não se encontra exposto, nomeadamente na galeria de retratos.

Questionou também qual o ponto de situação das atas do Conselho Científico mais antigas, tendo em conta que iriam ser digitalizadas, destacando que estes documentos são fundamentais para efeitos de transparência histórica e como elemento para reconstrução histórica para efeitos académicos.

A Senhora Diretora informou que todas as janelas já têm vidros duplos e que se tem verificado uma preocupação com a temperatura ambiente, nomeadamente ao fechar algumas janelas do átrio principal e até de alguns anfiteatros.

Quanto à equipa de proteção de privacidade, informou que o encarregado de dados é um especialista comum a todas as Escolas e é na Reitoria que está a decorrer, neste momento, um procedimento de contratação para este cargo.



Em relação aos resultados dos mestrados esclareceu que os resultados da 1ª fase serão disponibilizados a 10 de maio e que as inscrições começam a 15 de maio.

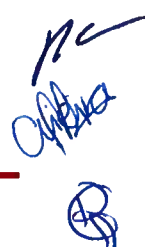
Informou que as grelhas de correção serão disponibilizadas apenas a partir de 2021/2022, para evitar o sobrecarregar do site. Em relação às informações dos cursos intensivo 2022/2023 informou que irá averiguar a situação com o intuito de disponibilizar a informação. Quanto à ausência de sala alternativa à sala de estudo, informou que tal não ocorreu porque não havia disponibilidade de salas. Disse também que iria averiguar sobre o resultado das tutorias.

Quanto às comemorações dos 110 anos informou da reunião com todos os presidentes dos órgãos e esclareceu que há a intenção de assinalar a data de 13 de dezembro (110 anos da Faculdade).

Quanto à intervenção do Professor Doutor João Espírito Santo informou que já tomou a iniciativa para proceder a uma reprodução do quadro original, que se encontra nas mãos do Mestre Luís Guimarães. Quanto à disponibilização digital das atas do Conselho Científico, informou que este é um trabalho bastante cuidadoso e que levará ainda o seu tempo.

O Professor Doutor João Espírito Santo congratulou a decisão da Direção quanto à manutenção do quadro original e acrescentou que em relação à digitalização das atas do Conselho Científico este é um trabalho que pode ser solicitado a uma empresa terceirizada que o realizará com bastante profissionalismo e sigilo. Destaca que este serviço é fundamental para a Faculdade.

A Senhora Diretora acolheu a sugestão referindo que iria averiguar a possibilidade. O Presidente informou que o Dr. Afonso Brás realizou uma proposta para que as reuniões fossem alternadas, entre o horário da manhã e o horário da tarde. Questionou se há algum impedimento, além das reuniões do Conselho Científico no mesmo horário.



A próxima reunião ficou marcada para o dia 26 de abril de 2023 às 15 horas, caso não ocorra reunião do Conselho Científico. No caso existir reunião do Conselho Científico, a reunião teria lugar no dia 19 de abril ou no dia 3 de maio de 2023 às 15 horas.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, o Presidente encerrou a reunião às treze horas e treze minutos.

O Presidente do Conselho de Escola



(Prof. Doutor Pedro Romano Martinez)

As Secretárias do Conselho de Escola



(Catarina Vieira)



(Lic. Rosa Guerreiro)

